

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 03.907.799/0001-92  
Belo Horizonte - MG

Sá Carvalho S.A.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014	2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.242	45.531
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(5.838)	(15.457)
Juros Sobre Capital Próprio	888	887
Contribuições e Doações Inedutíveis	-	(79)
Multas Inedutíveis	-	-
Incentivos fiscais	48	324
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.902)	(14.325)
Despesa Efetiva	28,00%	31,46%
Aliquota Efetiva		
<b>Corrente</b>	<b>(5.956)</b>	<b>(15.678)</b>
<b>Diferido</b>	<b>1.054</b>	<b>1.353</b>

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14 estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irrevogável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia reconheceu despesas em 2014 no montante de R\$603 (R\$1.053 em 2013), decorrentes de contratos de prestação de serviços de operação e manutenção do maquinário da usina pela Cemig GT à Companhia, sendo que o saldo a pagar em 2014 é de R\$92 (R\$528 em 2013).

Em 2014, encontra-se como saldo a pagar de dividendos o montante de R\$17.707 (R\$5.544 em 2013) para a controladora.

**Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha**

A Sá Carvalho aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcionalmente a participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Sá Carvalho de 1,18% no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2014, estão descritas a seguir:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Sá Carvalho 1,18%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	130
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	589
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	126
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	250
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	119
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	59
				<b>1.273</b>

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria. Os Diretores da Companhia são remunerados pelo acionista controlador.

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionários e Permissionários, Depósitos Vinculados a Litígios, Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e são classificados conforme abaixo, quando aplicáveis:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Caixa e Equivalentes de Caixa, Concessionários e Permissionários e Depósitos Vinculados a Litígios. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Passivos financeiros não derivativos: encontra-se nesta categoria Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	6.825	6.825	6.985	6.985
Concessionários e Permissionários	5.517	5.517	7.301	7.301
Depósitos Vinculados a Litígios	3.896	3.896	3.889	3.889
	<b>16.238</b>	<b>16.238</b>	<b>18.175</b>	<b>18.175</b>
<b>Mantidos até vencimento</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	1.823	1.812	5.631	5.619
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	14.198	14.198	10.610	10.610
<b>Passivos Financeiros:</b>				
Fornecedores	8.663	8.663	1.032	1.032

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, em especial, de caráter especulativo em 2014 e 2013.

**Risco de Crédito**

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seu único cliente é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

**Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

**Risco de não renovação das concessões**

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-la mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**Risco de Crédito**

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	8.663	-	-	-	-	8.663
<b>TOTAL</b>	<b>8.663</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.663</b>

**20. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO**

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
	Saldo em 31/12/2014	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>			
Certificados de Depósitos			
Bancários	3.639	-	3.639
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	7.367	-	7.367
Letras Financeiras do Tesouro	1.375	1.375	-
Debêntures	1.614	-	1.614
Outros	203	-	203
	<b>14.198</b>	<b>1.375</b>	<b>12.823</b>

**21. SEGUROS**

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2015, na importância segurada de R\$40.269, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotados, dado sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstração Contábil, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\*\*\*\*\*  
Arlindo Porto Neto  
Diretor-Presidente  
  
Luiz Fernando Rolla  
Diretor  
  
Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140  
  
Luiz Henrique de Castro Carvalho  
Diretor  
  
Leonardo Felipe Mesquita  
Gerente de Contabilidade  
CRC-MG 85.260

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sá Carvalho S.A.  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasilei-

ras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2015.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG  
Leonardo Fonseca de Freitas Maia  
Contador  
CRC-IMG 079.276/O-7



**CIDADANIA**  
A água nossa de todo dia.

**ECONOMIZE**